



CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA ASSESSORIA DE MESA E COMISSÕES

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 40/2025 COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2025

Às dezesseis horas do dia nove de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Anchieta, reuniram-se os membros das Comissões Permanentes, sob a presidência do Vereador João Orlando – Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e Relator da Comissão de Finanças e Orçamento e com a presença dos Vereadores: Wallace Miranda – Membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Silvinho – Relator da Comissão de Infraestrutura e Serviços Públicos e Relator da Comissão de Direitos Difusos e Coletivos; Tereza Mezadri – Presidente da Comissão de Direitos Difusos e Coletivos e Membro da Comissão de Ética, Vandinho Salarini – Membro da Comissão de Infraestrutura e Serviços Públicos e Membro da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Juninho do Interior – Membro da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e Membro da Comissão de Direitos Difusos e Coletivos, Adison Quinteiro – Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, Relator da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Relator da Comissão de Ética, além da Procuradora Adjunta, Dra. Monika Lorencetti Savignon e Pablo Florentino – Presidente da Comissão de Infraestrutura e Serviços Públicos e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, além da Procuradora Adjunta, Dra. Monika Lorencetti Savignon, para uma reunião técnica com representantes da Concessionária EDP – Espírito Santo Distribuição de Energia S.A, com o objetivo de tratar de assuntos referentes à: extinção de redes elétricas no município; critérios adotados para instalação de novas redes e ampliações de infraestrutura elétrica em Anchieta, visto que a Comissão considera imprescindível o diálogo institucional para esclarecimentos, alinhamento de procedimentos e compreensão das demandas atuais da população, buscando garantir maior eficiência, segurança e transparência nas ações relacionadas ao sistema elétrico municipal. Também estiveram presentes à reunião, o Secretário Municipal de Mobilidade e Serviços Urbanos, Robson Lorencini Ceccon, a Secretaria Municipal de Governo, Thamirys Dias Tristão, assessores de vereadores e membros da sociedade civil. A EDP não compareceu, não mandou representante nem apresentou justificativa. Aberta a reunião, o Secretário Robson esclareceu que, no que se refere às demandas de extensão da rede de iluminação pública, a Prefeitura Municipal de Anchieta adota um procedimento técnico rigoroso. Inicialmente, um técnico realiza o levantamento em campo, identificando os pontos que necessitam de ampliação da iluminação. Com base nesse levantamento é elaborado o



CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

projeto, analisando-se a viabilidade técnica e as condições existentes. Em seguida, são calculados os custos envolvidos, permitindo que o município planeje a execução do serviço. No entanto, mesmo seguindo todos esses critérios e realizando os pagamentos devidos, temos enfrentado recusas por parte da EDP na execução dos serviços, especialmente nas comunidades da zona rural. Tal situação tem gerado atrasos e dificuldades no atendimento das demandas da população, então, estariam adotando as medidas necessárias para buscar uma solução definitiva junto à concessionária. Lembrou ainda, que situações envolvendo a responsabilidade da concessionária de energia não são inéditas no Espírito Santo. Um exemplo marcante ocorreu no município de Presidente Kennedy, episódio que ganhou grande repercussão na mídia, em que postes de energia elétrica permaneceram instalados no meio de vias que haviam sido recém-asfaltadas pela Prefeitura, causando perplexidade na população e chamando a atenção da imprensa para o fato. O Secretário destacou, contudo, que a realidade de Anchieta é completamente diferente. Aqui, a Prefeitura cumpre todas as etapas do processo: realiza o levantamento técnico, elabora os projetos, verifica a viabilidade e, sobretudo, efetua todos os pagamentos de forma correta e dentro dos prazos. Portanto, o Município de Anchieta não pode ser responsabilizado por problemas ocorridos em Kennedy ou por decisões administrativas tomadas por aquele município. Ressaltou que Anchieta faz sua parte e espera da concessionária a mesma postura para garantir segurança, eficiência e qualidade nos serviços prestados à população. Relatou que a EDP solicitou que os pedidos fossem reenviados para nova análise e a Prefeitura atendeu, reenviando cada solicitação, no entanto, mesmo após o reenvio, as recusas foram mantidas, dificultando a execução de serviços. Durante a discussão, o vereador Adison Quinteiro ressaltou que o atendimento da concessionária e a execução dos serviços por ela prestados devem obedecer rigorosamente ao que determina a legislação, garantindo segurança, eficiência e respeito ao cidadão. Ele frisou que a empresa tem responsabilidade legal e contratual, e que a Câmara continuará vigilante para que esses direitos sejam assegurados. Em complemento, o vereador Juninho do Interior destacou a importância do programa federal "Luz para Todos", lembrando que a iniciativa tem como objetivo levar energia elétrica a comunidades rurais e áreas de difícil acesso. Juninho afirmou que o programa reforça o compromisso do poder público com a universalização do serviço, sendo fundamental que a concessionária atenda às demandas de expansão e melhoria da rede, especialmente nas comunidades do interior. A Dra. Monika sugeriu que a Prefeitura avaliasse a possibilidade de ingressar na Justiça com uma ação de "obrigação de fazer", visando compelir a concessionária a realizar os serviços que lhe competem. Ela esclareceu que esse tipo de ação deverá ser proposta pelo Poder Executivo, uma vez que a Câmara Municipal não possui personalidade jurídica para mover processos dessa natureza. Acrescentou ainda que, muitas vezes, a pressão da mídia acaba sendo mais eficaz do que uma ação judicial, especialmente quando se trata da EDP, que é líder em demandas judiciais e, mesmo assim, possui um histórico recorrente de não cumprir integralmente as decisões determinadas pela Justiça, o que reforça a necessidade de estratégias paralelas



CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

para garantir o atendimento adequado à população. Dando continuidade às discussões, foi sugerido que se promovesse um abaixo-assinado entre os moradores interessados, a fim de reforçar a demanda coletiva e demonstrar a insatisfação da população com a atual prestação de serviços da concessionária. Também foi proposta uma notificação formal à EDP em relação à poluição visual causada pelos fios em desuso, que permanecem pendurados nos postes, descumprindo uma Lei Municipal aprovada pela Câmara, que determina a retirada desse material. Além disso, levantou-se a necessidade de notificar a empresa sobre as constantes quedas e interrupções de energia elétrica em diversas regiões do município e sobre a substituição urgente de vários postes que se encontram deteriorados. Em síntese, a orientação é enquadrar a concessionária quanto aos serviços que ela tem obrigação de prestar e não vem executando. O secretário Robson esclareceu que a EDP já foi notificada pela Prefeitura quanto à poluição visual gerada pelos fios abandonados nos postes, porém observou que, na prática, a empresa só deverá adotar medidas efetivas quando houver uma determinação do Ministério Público. Ele destacou que situação semelhante ocorreu no município de Píuma, onde a concessionária somente tomou providências após a intervenção do órgão ministerial. O ex-vereador Alexandre Assad propôs a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o objetivo de cobrar, de forma aprofundada, a prestação adequada do serviço. Segundo ele, a CPI permitiria não apenas apurar falhas e exigir providências, mas também abrir canais de negociação para outros serviços que se façam necessários, a exemplo do que a Câmara realizou no passado com a Cesan, quando a atuação legislativa resultou em melhorias significativas para a população. A Dra. Monika lembrou que tanto a Prefeitura quanto a Câmara Municipal vêm cumprindo com suas responsabilidades, adotando as medidas cabíveis, realizando notificações, encaminhando demandas e buscando soluções dentro dos limites legais de atuação de cada Poder. Ressaltou que ambos têm se empenhado para responder às necessidades da população e pressionar a concessionária a melhorar a qualidade dos serviços prestados. Porém, que o Ministério Público também precisa fazer a sua parte, atuando de forma mais incisiva para assegurar que a concessionária cumpra suas obrigações legais e contratuais. O secretário Robson esclareceu que a obrigação da Prefeitura é promover a extensão de rede para os pontos de iluminação pública, pois esse é o propósito principal do município, dentro de suas atribuições. Ele enfatizou que a Prefeitura é a responsável pela iluminação pública no território municipal, e tem buscado cumprir essa função, apesar das dificuldades impostas pela concessionária no atendimento das demandas, que atribui às suas negativas ao fato de não haver arruamento ou delimitação de rua. O vereador João Orlando lembrou que a concessionária não está tendo qualquer prejuízo, uma vez que a Prefeitura vem realizando todos os pagamentos pelos serviços solicitados. Diante disso, destacou que não há justificativa para as constantes recusas da empresa em executar as demandas apresentadas pelo município, já que todos os custos estão sendo devidamente arcados pelo Poder Público. Diante da gravidade da situação, a vereadora Tereza propôs a elaboração de uma Moção de Repúdio à concessionária, como forma de manifestar



CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

publicamente a insatisfação do Legislativo quanto à má prestação dos serviços. O vereador Juninho, por sua vez, sugeriu a realização de uma audiência pública, permitindo que a população, representantes da Prefeitura e a própria empresa pudessem debater o problema de forma aberta e transparente. Além disso, o assessor do vereador Juninho, Dr. Igor Mendes Quederves, propôs reunir todos os documentos possíveis e necessários, incluindo notificações, registros de reclamações e relatos da comunidade, para compilar todos os problemas apontados pela população e protocolar o conjunto de evidências no Ministério Público, buscando uma intervenção mais efetiva do órgão diante das recorrentes falhas da concessionária. O servidor da Casa, Vander Bertasso, lembrou que a prestação de serviços de energia elétrica é realizada por meio de concessão federal, o que amplia a complexidade das ações que podem ser tomadas apenas no âmbito municipal. Por esse motivo, ele sugeriu que fossem buscados contatos com os Deputados Federais que representam o nosso Estado, a fim de construir uma solução conjunta, envolvendo diferentes esferas de poder e fortalecendo a cobrança por melhorias na prestação dos serviços da concessionária. Após todas as considerações, sugestões e encaminhamentos apresentados, o presidente agradeceu a presença de todos os participantes, vereadores, secretários municipais, servidores, assessores e demais envolvidos, ressaltando a importância do diálogo coletivo para o enfrentamento dos problemas relacionados à prestação dos serviços de energia elétrica no município. Reafirmou o compromisso da Câmara, por meio das Comissões Permanentes, em continuar acompanhando a situação e adotando as medidas necessárias dentro de sua competência e deu por encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, **Fabíola S. Costa**, servidora efetiva deste Poder Legislativo, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada, juntamente com o Sr. Presidente demais presentes na reunião.

Sala das Comissões, 09 de dezembro de 2025.

VEREADOR JOÃO ORLANDO

Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
Relator da Comissão de Finanças e Orçamento

WALLACE MIRANDA

Membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico

SILVINHO

Relator da Comissão de Infraestrutura e Serviços Públicos e
Relator da Comissão de Direitos Difusos e Coletivos



CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TEREZA MEZADRI

Presidente da Comissão de Direitos Difusos e Coletivos e
Membro da Comissão de Ética

VANDINHO SALARINI

Membro da Comissão de Infraestrutura e Serviços Públicos e
Membro da Comissão de Desenvolvimento Econômico

JUNINHO DO INTERIOR

Membro da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
e Membro da Comissão de Direitos Difusos e Coletivos

ADISON QUINTEIRO

Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final,
Relator da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Relator
da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Relator da
Comissão de Ética

PABLO FLORENTINO

Presidente da Comissão de Infraestrutura e Serviços Públicos
e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

MONIKA LORENCETTI SAVIGNON

Procurador da Câmara Municipal de Anchieta

FABÍOLA S. COSTA

Gerente de Secretaria

LISTA DE PRESENÇA
REUNIÃO DAS COMISSÕES – 09/12/2025
CÂMARA MUNICIPAL E ESCELSA

UTAVIS Pigoli FERRARI

ROBSON ZEPPIANI COELHO

José M. Oliveira

Leandro Soares

João Delarob da Silva Simões

Silvio Costa Simões

Bruna Somazadei Verodora

VANESSA SALARIANI, VEREADORA

ALEXANDRE ASSPB

Fábio Mendes Guadalupe

Charles Henrique Basseto

Ricardo Ferreira MASCARENHAS

Jocelyn Fernandes

Walter Lima Jr.

Ricardo Góes Ferreira

Samyris Gian Cristóvão Costa